

Das redefinições da noção de duração ‘na duração’

Apontamentos para o lançamento de âncoras temporais nas análises comunicacionais em tempos acelerados

On the redefinitions of the notion of duration ‘in the duration’

Notes related to the launch of temporal anchors in communicational analyses when living accelerated times

Por Carlos Eduardo Marquioni e Geraldo Magela Pieroni

Introdução

Não pensar, unicamente, no tempo curto, não crer que só os atores que sobressaem sejam os mais autênticos; há outros, e silenciosos. (BRAUDEL, 1965, p. 276)

São usuais (e relevantes) análises e reflexões – especialmente a partir das últimas décadas do século XX – abordando a percepção de aceleração do cotidiano. Argumenta-se em tais análises e reflexões, por exemplo, a existência de um “ritmo cada vez mais rápido de mudanças” (JAMESON, 1993, p. 25), que proporcionaria a sensação de que se vive “num presente perpétuo e numa perpétua mudança” (JAMESON, 1993, p. 43), culminando com a sensação ao ator social contemporâneo de que ele estaria inserido em “um inédito regime de historicidade localizado no presente” (HARTOG, 2014, p. 31), vivendo uma espécie de presentismo infundável (HARTOG, 2014, p. 38) no qual todo e qualquer instante “se transforma em tempo de frenesi que dura

continuamente” (BARBOSA, 2017, p. 20). Esta sensação de tempo continuado, particularmente quando analisada enquanto associada aos meios de comunicação, é marcada “pelo fluxo contínuo da informação, instaurando um tempo novo governado pela lógica do ininterrupto” (BARBOSA, 2017, p. 21).

A percepção de aceleração e o presente continuado podem ser analisados a partir da ponderação de Norbert Elias (1998, p. 14), para quem o tempo é uma instituição cuja postura varia conforme o estágio de desenvolvimento atingido pelas sociedades. O tempo seria, na perspectiva de Elias, um objeto cultural, uma vez que

o indivíduo (,) ao crescer, aprende a interpretar os sinais temporais usados em sua sociedade e a orientar sua conduta em função deles (...). A imagem mnêmica e a representação do tempo num determinado indivíduo dependem, pois, do nível de desenvolvimento das instituições sociais que representam o tempo e difundem seu conhecimento, assim como das experiências que o indivíduo tem delas desde a mais tenra idade (1998, p. 15).

Para compreender a relevância desta definição do tempo enquanto objeto cultural no contexto deste artigo, é necessário, inicialmente, destacar que se entende aqui cultura como “significados comuns, o produto de todo um povo e os significados individuais oferecidos (...) (que) se constituem na vida, são feitos e refeitos” (WILLIAMS, 1989, p. 8). O aspecto da definição e redefinição de significados culturais contribui para entender por que a própria noção do tempo seria redefinida ao longo da história. Ora, diante de um processo cultural (e social) que pode ser analisado a partir de perspectivas (e redefinições) que seriam de *longa duração* (ou mesmo de *longuíssima duração*) como o tempo, a rigor Norbert Elias indica a importância de integrar os estudos sobre o tema à própria história da humanidade. Presente em diversas comunidades e desde tempos mais remotos, o tempo é uma convenção social que tem acompanhado o desenvolvimento humano. Assim, o que é possível presenciar no momento quando este texto é escrito constitui uma outra modificação em relação à aceleração do cotidiano (na próxima seção deste artigo algumas destas modificações são apontadas). O fato é que a concepção do que denominamos “tempo” modificou-se na diacronia de longa data associada a um “processo de aprendizagem” (ELIAS, 1998, p. 33). Trata-se, portanto, de uma categoria que não deve ser restrita a nenhuma disciplina em especial, mas que faz parte do conhecimento humano como um todo: o tempo nos desafia na construção de meios que possam superar a divisão das ciências e integrar homem e tempo.

Inserido neste processo de aprendizagem (relacionado a redefinições culturais), o conceito de contemporaneidade se amplia e adquire dimensões que não se prendem unicamente ao tempo presente:

por mais que contemporâneo seja utilizado muitas vezes como adjetivação para o que é atual, do mesmo modo que a qualificação moderno foi, seu sentido não se resume a o que é hoje, pois, quando se utiliza contemporâneo em vez de hoje, atual ou presente, há uma diferença que marca esta ação de outra que se remete a algo simplesmente pertencente ao hoje. Logo, sendo uma adjetivação específica, pressupõe-se que deve estar contida neste conceito uma determinada estilística que se torna visível com sua operação conceitual sobre o mundo. Não podemos tratar contemporâneo somente enquanto um sinônimo de presente e atual (COSTA; FONSECA, 2007, p. 115).

Contribuindo para evidenciar a complexidade na definição de contemporâneo, Giorgio Agamben argumenta que a contemporaneidade

é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias; mais precisamente, essa é a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo. Aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que em todos os aspectos a esta aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela (AGAMBEN, 2009, p. 59).

Na perspectiva dos Estudos Culturais, ao apresentar parte de sua noção de “estrutura de sentimento”, Raymond Williams desenvolveu argumentação que pode ser articulada àquela de Agamben, destacando que a cultura de um período seria “mais difícil de distinguir enquanto ainda está sendo vivida” (1971, p. 18), pelo fato de ela ser dada como certa. A proposta teórica de Williams reforça ainda, em certa medida, a afirmação anterior de Elias – para quem o tempo seria um objeto cultural; afinal, para ser necessário distinguir os significados *enquanto eles estão sendo vividos*, há que se considerar alguma variação cultural ao longo do tempo (ou tais significados seriam conhecidos *a priori*, o que reduziria potencialmente a necessidade de distingui-los em relação a outros).

O fato é que parece ser possível afirmar que a complexidade na definição de *contemporâneo* auxilia a entender como a ênfase atribuída ao *aqui e agora* (ou ao *tempo curto*, associado ao *instante*) promoveria, em sintonia com a percepção de aceleração mencionada no início deste artigo (ao menos no momento quando este *paper* é escrito, no final da segunda década dos anos 2000) uma sensação de que “tudo se acelera, tudo se passa como se o tempo midiático não fosse mais que uma sucessão de instantes em competição uns com os outros” (LIPOVETSKY, 2009, p. 246).

O cenário é especialmente crítico quando observado que, ao se considerar o *tempo midiático* mencionado na citação de Lipovetsky acima, podem ser analisados como mídias mais do que os chamados meios massivos tradicionais de comunicação: a rigor, mídias podem ser abordadas enquanto “sistemas (simbólicos ou tecnológicos) que habilitam, estruturam ou amplificam a comunicação entre as pessoas” (DEUZE, 2012, p. xii). Assim, mesmo dispositivos tecnológicos como aparelhos móveis para comunicação pessoal são mídias. Essa espécie de *expansão analítica* (associada a analisar também dispositivos para comunicação pessoal enquanto meios de comunicação) auxilia a compreensão da afirmação segundo a qual viveríamos

na mídia (nos meios de comunicação). Quem você é, o que você faz e o que tudo isso significa para você não existe fora da mídia. Os meios estão para nós como a água está para os peixes. Isso não significa que a vida é determinada pela mídia – apenas sugere que gostemos ou não, todos os aspectos de nossas vidas têm lugar nos meios (DEUZE, 2012, p. x).

A ressalva relacionada com a espécie de *expansão analítica* é considerada relevante no contexto deste artigo porque as mencionadas percepção de aceleração, de presente perpétuo e perpétua mudança acabam sendo abordadas (ainda que eventualmente não de modo explícito ou planejado) nas pesquisas da Comunicação, uma vez que estas pesquisas investigam, *par excellence*, fenômenos do presente (tipicamente considerando o uso de materialidades comunicacionais tecnológicas que contribuem com aquelas percepções).

Neste cenário, há que se considerar o risco (em especial em relação a pesquisadores iniciantes) de entendimento dos fenômenos comunicacionais enquanto *inaugurais* (afinal, a percepção de aceleração e o presentismo podem acabar ofuscando a necessidade de procurar por potenciais referências anteriores para os fenômenos comunicacionais investigados). É quando se entende a noção de *duração* (BRAUDEL, 1965) como chave neste artigo, em função da relação da noção com a percepção do tempo pela História: mais especificamente, considera-se como apropriado adotar uma perspectiva como aquela sugerida pela Escola dos Annales. Ocorre que os Annales propunham uma história “de amplitude secular: a história de longa, de muito longa duração” (BRAUDEL, 1965, p. 264)¹, ao invés de uma história associada apenas ao tempo curto, que constituiria “a mais caprichosa, a mais enganosa das durações” (BRAUDEL, 1965, p. 265).

No presente artigo são desenvolvidas análises e reflexões que procuram destacar a relevância de considerar a *duração* ao desenvolver pesquisas em Comunicação (particularmente

¹ Nas citações de Braudel, o texto foi atualizado para o acordo ortográfico vigente quando da submissão deste artigo.

observando a necessidade de definir o *alcance do que constituiria uma duração apropriada* em tempos acelerados). O risco evidente na não adoção de uma perspectiva como aquela sugerida aqui parece ser a realização de pesquisas que acabem por se limitar a apenas descrever os fenômenos e práticas comunicacionais observados (eventualmente limitando análises e reflexões ao privilegiar aquela descrição).

Mas há que se destacar que não se está, no presente artigo, sugerindo a definição de método investigativo – inclusive porque a perspectiva dos Annales aqui abordada foi apresentada ainda na década de 1960. A rigor, o que os autores deste artigo sugerem é então apenas encontrar alternativas para aplicação, nas pesquisas da Comunicação, de perspectiva historiográfica, por se entender que tal abordagem tenderia a contribuir com a complexificação das investigações. Contudo, há que se destacar também que, ao considerar a aceleração vivida no cotidiano, o próprio tempo dedicado à pesquisa acaba sendo *vitimado* pela percepção de aceleração. Tal percepção, no contexto investigativo comunicacional, dificulta “distinguir entre movimentos longos e breves ímpetos, estes tomados a partir de suas fontes imediatas, aqueles no impulso de um tempo longínquo” (BRAUDEL, 1965, p. 272). E aqui vale uma observação complementar para uma melhor compreensão da relação que se procura estabelecer: considerando o aspecto das mudanças tecnológicas,² se considera no presente artigo que existe risco de simplificação analítica (complementarmente ao aspecto meramente descritivo, também de anacronismo) ao realizar análises comunicacionais (inclusive no caso daquelas associadas às tecnologias digitais) observando apenas o fenômeno em investigação, com uma perspectiva pontual e associada ao tempo curto nas pesquisas em Comunicação – ainda que se reconheça a dificuldade na contemporaneidade em aplicar a opção de “uma dezena de anos, um quarto de século e, no extremo limite, o meio-século” (BRAUDEL, 1965, p. 266). Em outros termos: defende-se que é complexo (mas necessário) aplicar análises nas pesquisas da Área que abordem a *duração* inclusive em *tempos acelerados*. Mas destaque-se que indubitavelmente constitui um desafio direcionar um olhar investigativo aos fenômenos pesquisados procurando por elementos no

² Ao abordar a percepção de aceleração, mudanças constantes e uma lógica do ininterrupto, é inevitável mencionar os encurtamentos cada vez maiores dos períodos de obsolescência programada que podem ser observados com lançamentos anuais de modelos de hardware por parte de grandes fabricantes globais (em especial, no momento quando este artigo é redigido, vale observar tais encurtamentos em relação a aparelhos telefônicos móveis de tipo *smartphone*).

passado que possam ser articulados a eles (especialmente porque o pesquisador da Comunicação também vive e gera sentidos em tempos acelerados).

Apesar das dificuldades, é necessário considerar que uma vez que “a história das estruturas – sistemas econômicos, estados, sociedades, civilizações e formas mutantes de guerra (...) se movimenta a um ritmo mais lento do que a (história) dos eventos” (BURKE, 2010, p. 52), há que se atuar analisando historicamente alternativas que contribuam com o estabelecimento de contexto para aqueles fenômenos; é quando, entende-se aqui, haveria a necessidade da procura por referências anteriores. Para tentar auxiliar com a compreensão da relevância da abordagem, vale observar que

Nós ‘vemos’ de certas maneiras – isto é, nós interpretamos informação sensória de acordo com certas regras – como um modo de viver. Mas estas maneiras – essas regras e interpretações – são, como um todo, nem fixas nem constantes. Nós podemos aprender novas regras e novas interpretações e, como resultado, nós podemos literalmente ver de novas maneiras (WILLIAMS, 2001, p. 34):

: segundo a perspectiva adotada no presente trabalho, as variações nos modos de ver *na duração* tendem a contribuir com o desenvolvimento de análises e reflexões complexas.

Para organizar o desenvolvimento da argumentação da proposta brevemente apresentada nesta Introdução ao longo deste artigo, os autores optaram por dividi-lo em duas seções. Em *Por análises para além do tempo presente: a duração em direção ao passado*, argumenta-se (realizando uma espécie de adaptação e atualização da perspectiva da Escola dos Annales para o contexto das pesquisas em Comunicação) que o pesquisador que investiga um fenômeno poderia recorrer às referências anteriores potenciais para aquele fenômeno (procurando considerar o que é investigado enquanto resultado de *um processo*) procurando minimizar os riscos de simplificações analíticas. Já em *Da necessidade de lançar uma âncora temporal: Da necessidade de lançar uma âncora temporal: alternativas para fixação de elementos comparativos em tempos acelerados e em perpétua mudança*, é apresentada a metáfora da *âncora temporal* (e o lançamento dessa *âncora*) enquanto alternativa para não apenas considerar a noção de *duração* nas pesquisas da Comunicação, mas também aplicar a noção de “formas culturais” para tentar constituir *durações* compatíveis com as restrições (de tempo e recursos) de cada investigação.

Por análises para além³ do tempo presente: a duração em direção ao passado

O ‘agora’, portanto, não é instantâneo, é uma grandeza de tempo maior ou menor, um ponto que ainda precisa ser examinado com mais atenção pelo pensamento contemporâneo (WELLS, (1895) 2018, p. 161).

A hipótese apresentada na Introdução deste artigo é que a busca por referências anteriores potenciais para os fenômenos investigados pode minimizar os riscos de simplificação analítica nas pesquisas da Comunicação. A rigor, considera-se aqui que tal hipótese é associada ao que constituiria a aplicação de uma abordagem historiográfica – particularmente uma adaptação e atualização da perspectiva proposta pela Escola dos Annales.

Para compreender por que a perspectiva daquela Escola pode contribuir com a aplicação da hipótese apresentada, vale observar inicialmente que variações relativas à percepção do tempo não são exclusivas da contemporaneidade: em relação à Revolução Francesa, é possível mencionar “a sensação de aceleração da história que se seguiu a ela. Associado a um novo senso do passado, havia um novo senso do futuro, que sobretudo os revolucionários consideravam maleável, sujeito ao controle humano” (BURKE, 2012, p. 321). A própria definição da *idade do mundo* passou por redefinições: enquanto no ano de 1750 acreditava-se que o mundo teria 6 mil anos de existência, com o passar dos séculos, ao considerar a geografia, surgem estimativas de vida do planeta que remetem a 4,5 bilhões de anos; há quem aponte o *Big Bang* como tendo ocorrido há 10 bilhões de anos (BURKE, 2012, p. 33-34).

Sobre a percepção do tempo histórico em meados da década de 1960, Fernand Braudel (membro dos Annales que cunhou a expressão *longa duração*) explicou que

Um dia, um ano podiam parecer boas medidas a um historiador político, antigamente. O tempo era uma soma de dias. Mas uma curva de preços, um aumento demográfico, o movimento dos salários, as variações da taxa de juros, o estudo (mais sonhado que realizado) da produção, uma análise severa da circulação reclama medidas muito mais largas (BRAUDEL, 1965, p. 266).

Para Braudel, uma *longa duração* corresponderia àquilo que muda muito lentamente (ou cuja mutação pode ser percebida como muito lenta); por outro lado, um *tempo curto* corresponderia (i) ao ritmo rápido dos estados de ser que se transformam mais ou menos rapidamente, e (ii) à sucessão de acontecimentos um após o outro impondo àqueles que os percebem a sensação de

³ Aqui vale destacar brevemente um aspecto que os autores consideram relevante: ocorre que ainda que tipicamente a utilização do termo *além* esteja vinculada a uma perspectiva de futuro, no contexto sugerido no presente artigo o termo *além* estaria associado à observação de antecedentes do fenômeno investigado (logo, o *além* é aqui relacionado ao passado). A opção é justificada porque o emprego do termo *aquém* poderia eventualmente promover uma geração de sentido distinta daquela desejada pelos autores.

mudança incessante e continuada (ao invés da sensação de *permanência*). É neste ponto que a percepção de aceleração (ou mesmo a sensação de “*perpétua mudança*”) relacionada à contemporaneidade é entendida aqui como necessária nas pesquisas da Comunicação: ainda que se afirme que “todo fenômeno histórico tem de ser explicado em termos de seu tempo, e não em função de tempos anteriores” (BURKE, 2010, p. 43), os tempos anteriores constituem alternativa interessante para minimizar o risco de análises também apressadas (como a própria percepção do tempo). Assim, ainda que em pesquisas da Comunicação o fenômeno investigado seja tipicamente explicado em termos de seu tempo, há evidente risco de anacronismo ao se minimizar a relevância do (ou, em uma situação limite, ignorar o) *processo* percorrido até o momento vivido. Em outros termos: para além das exigências produtivistas, mesmo considerando a velocidade no oferecimento e uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (e com o fator – mencionado anteriormente – de o próprio pesquisador também vivenciar o contexto de aceleração que investiga, o que tende a tornar as análises mais complexas), parece relevante a definição de alternativas para abordar os fenômenos considerando um tempo que seja mais amplo do que aquele da curta – ou curtíssima – duração.

Mas entende-se aqui que tais alternativas não envolvem simplesmente definir o que seria considerado, para todos os casos, uma *duração apropriada* na contemporaneidade. Assim, mais do que afirmar que a noção de longa duração pode ser atualizada em função da percepção de aceleração do cotidiano referenciada desde as últimas décadas do século XX, parece necessário apontar alternativas para habilitar uma espécie de *construção de uma duração apropriada* a cada caso. Afinal, ao menos em relação às práticas e aos processos analisados na Comunicação, há que se considerar que períodos de análise que (na perspectiva dos Annales) poderiam ser classificados como de curtíssima duração costumam ser tipicamente empregados. Ao considerar que as “tendências de longo prazo podem ganhar reforço ou enfrentar oposição de tendências de curto prazo – e, da perspectiva de um historiador, um período de cinquenta anos pode ser considerado ‘curto’” (BURKE, 2012, p. 316), analisar alternativas para estabelecimento (ou *construção*) de um período que habilite uma duração apropriada para analisar o fenômeno em um projeto de pesquisa específico passa a ser efetivamente necessário.

Assim, para complexificar as pesquisas (procurando particularmente uma abordagem mais analítica do que descritiva nas reflexões desenvolvidas), considerar o passado parece relevante e

necessário. Já a *extensão* do passado a considerar durante as investigações constitui uma definição fundamental e complexa. Especialmente ao observar algumas das referências apresentadas ainda na Introdução do trabalho – quando apontado que o próprio tempo seria um objeto cultural –, uma alternativa teórica que tende a fornecer conteúdos significativos para analisar as materialidades comunicacionais para além do momento vivido é a noção de “formas culturais” (WILLIAMS, 2005, p. 39-76):

A ‘forma cultural’ constitui o elemento conceitual que organiza padrões culturais (...): as ‘formas culturais’ tornam os padrões culturais vigentes passíveis de compreensão. Ocorre que os artefatos culturais (em função da própria noção de cultura) estão em reconfiguração, em ‘inacabamento’, inclusive porque novas tecnologias influenciam nos modos de uso das materialidades – usos esses que, em seguida, tendem a originar novos artefatos (que, ainda que tenham suas próprias leis ou tendências, também carregam consigo referências a suas origens) (MARQUIONI, 2016, p. 34-35).

Para compreender a relevância potencial da aplicação da noção de “forma cultural” com um exemplo, é possível mencionar o caso do modo reconfigurado de assistir à TV conhecido como segunda tela (ou experiência de múltiplas telas). Em vez de considerar na análise do fenômeno apenas a utilização de um *gadget* conectado à Internet enquanto vendo TV, uma alternativa para complexificar as análises envolve considerar as etapas anteriores que podem ser observadas nos modos de assistir à TV ao longo dos anos (complementando a perspectiva apenas das materialidades comunicacionais anteriores que contribuíram com a redefinição do modo de ver televisão em experiência de múltiplas telas). A abordagem estabelece inclusive algum alinhamento conceitual com o mencionado “processo de aprendizagem” proposto por Norbert Elias e referenciado na Introdução deste artigo: ao longo dos anos, o ator social teria *aprendido culturalmente* a interagir com o conteúdo veiculado na TV, inclusive manuseando *gadgets enquanto assiste à televisão*. No caso desta experiência televisual, pode-se entender a

‘forma cultural’ como um elemento-chave do contrato de leitura (, que foi definido) desde as primeiras emissões televisuais, quando ‘formas culturais’, que existiam antes da televisão (no jornal, rádio, cinema, reuniões públicas etc.) contribuíram com a geração de sentido relativo ao conteúdo veiculado na TV (MARQUIONI, 2018, p. 42).

Para uma perspectiva geral das variações na forma como se dá o ato de assistir à TV e de alternativas para procurar por referências anteriores potenciais para o fenômeno da experiência de múltiplas telas, é possível listar (a) a interação com conteúdos dos programas por meio de cartas por iniciativa da audiência (entre as décadas de 1950 e 1970), (b) o uso do controle remoto (na década de 1980) e o efeito *zapping* constituindo mosaico entre canais (afinal, a experiência de

múltiplas telas pode ser analisada enquanto constituindo um mosaico entre telas), (c) a interação com conteúdos dos programas por meio de cartas por solicitação da emissora (também a partir da década de 1980), (d) a interação da audiência utilizando um telefone fixo (a partir da década de 1990), (e) a interação utilizando a Internet (especialmente a partir da década de 2000), (f) a promessa (não cumprida) de interatividade diretamente via TV digital no Brasil (entre as décadas de 2000 e 2010), entre outras.⁴

Mas uma pergunta relacionada à abordagem proposta que inevitavelmente emerge neste ponto envolve definir *até quando* (em relação ao passado) a investigação deveria *retroceder* na busca por referências anteriores potenciais para os fenômenos investigados. No caso do exemplo da experiência de múltiplas telas, quais (ou quantos) dos itens listados – de (a) a (f) – fariam sentido em uma investigação em curso. Entende-se aqui que a metáfora da *âncora temporal* apresentada a seguir neste artigo tende a constituir uma alternativa que contribuiria especialmente no sentido de minimizar o risco de se incorrer em simplificações analíticas. É procurando apresentar então alternativas de resposta ao questionamento apontado acima e apresentar, em linhas gerais, a metáfora da *âncora temporal* que avança a próxima seção.

Da necessidade de lançar uma *âncora temporal*: alternativas para fixação de elementos comparativos em tempos acelerados e em perpétua mudança

Desculpem-me a pergunta, o que tem longa duração hoje? (BAUMAN, 2012, p. 16)

Neste artigo é sugerido que o emprego de uma metáfora relacionada a uma *âncora temporal* poderia contribuir com a procura por referências anteriores potenciais para fenômenos comunicacionais investigados. Mais especificamente, o que constituiria o *lançamento* de *âncoras temporais* definiria a *extensão de retorno ao passado* durante a procura por referências anteriores. Assim, na abordagem com o uso da metáfora sugerida, a chamada *âncora temporal* deveria ser *lançada* não para baixo (como ocorre no caso de embarcações ancoradas), mas *em direção ao passado* nas pesquisas em Comunicação. Para compreender o que se entende aqui como uma *âncora temporal* (e seu *lançamento*) é necessário apresentar inicialmente o que se classifica como

⁴ Para uma análise detalhada das alternativas listadas, consulte Marquioni (2016, p. 86-99).

um paradoxo vivido no momento quando este artigo é escrito; com o destaque que tal paradoxo tem relação direta com debates desenvolvidos relacionados ao chamado fim da história.

O fim da história proposto por Francis Fukuyama (1992), assim como a crítica à proposta de Fukuyama desenvolvida por Perry Anderson (1992) – que aprofunda e complexifica os diferentes formatos com que aquele fim da história foi anunciado – podem ser entendidos como relevantes para a proposta da metáfora desta seção. Ocorre que em havendo um efetivo fim da história, entende-se que o pesquisador da Comunicação deveria tentar identificar alternativas para que pudesse equacionar e contextualizar os fenômenos comunicacionais que analisa (ou haveria o risco de incorrer em análises nas quais ora haveria uma abordagem descritiva, ora seria praticado anacronismo). É neste sentido que se sugere o *lançamento de âncoras temporais*: essencialmente a proposta procura definir a necessidade de estabelecimento de contextos de referência para contribuir com a complexificação de análises, articulando/combinando “um estudo na longa duração com o de uma complexa interação entre o meio, a economia, a sociedade, a política, a cultura e os acontecimentos” (BURKE, 2010, p. 61). Defende-se a abordagem porque

o passado é, inicialmente, o meio de *representar uma diferença*. A operação histórica consiste em recortar o dado segundo uma lei presente, que se distingue do seu ‘outro’ (passado), distanciando-se com relação a uma situação adquirida e marcando, assim, por um discurso, a mudança efetiva que permitiu esse distanciamento. Assim, a operação histórica (...) historiciza o atual. Falando mais propriamente, ela presentifica uma situação vivida. Obriga a explicar a relação da razão reinante com um *lugar* próprio que, **por oposição a um ‘passado’, se torna o presente** (CERTEAU, 2017, p. 88; itálicos no original; negrito nosso).

Assim, a contextualização resultante do *lançamento da âncora temporal* proporcionaria, ao menos, possibilidades analíticas que considerem a diferença fundamental entre o fenômeno observado e suas potenciais referências – abordando inclusive as variações em práticas e processos comunicacionais entre os casos.

Avançando no desenvolvimento do que se classifica aqui como um paradoxo contemporâneo, é possível mencionar que, associado ao anunciado fim da história (de fato, em aparente tensão dialética com aquele fim), “nossa era parece estar dominada pela obsessão da memória (...) (,) de uma autêntica vocação para a memória, espécie de mania arquivística que permeia conjuntamente a cultura e a evolução tecnológica” (COLOMBO, 1996, p. 17). Tal *mania arquivística* pode ser notada, por exemplo, com a quantidade de registros fotográficos mantidos em dispositivos móveis. Enquanto paradoxo, associado ao fim da história, haveria

uma sorte de obsessão pela memória, pelos arquivos, pelos registros e pelos museus. Parece haver um temor de esquecer: uma apreensão face às possíveis falhas da memória, um pavor sugerido pela ameaça de que as nossas lembranças possam ser apagadas e que, então, o passado desapareça de vez (SIBILIA, 2016, p. 155-156).

De fato, é questionável a utilidade em criar registros e arquivar continuamente ao considerar um contexto em que não haveria mais história (para requerer a recuperação daquele conteúdo arquivado). Contudo, complementarmente à obsessão com os registros em arquivos, o paradoxo se constitui também a partir do que caracterizaria uma busca por referências que tem sido observada em relação a tempos considerados *sólidos* (aqui o termo *sólido* é utilizado enquanto referência à noção de *modernidade líquida* proposta por Zygmunt Bauman). Ao longo de sua obra, Bauman faz uso dos termos *líquido* e *sólido* para analisar as mudanças observáveis na sociedade (em especial aquelas que adotam um modo de vida ocidental). Na perspectiva de Bauman, teria ocorrido uma

passagem da fase 'sólida' da modernidade para a (fase) 'líquida' – ou seja, para uma condição em que as organizações sociais (estruturas que limitam as escolhas individuais, instituições que asseguram a repetição de rotinas, padrões de comportamento aceitável) não podem mais manter sua forma por muito tempo (nem se espera que o façam), pois **se decompõem e se dissolvem mais rápido que o tempo que leva para moldá-las** e, uma vez reorganizadas, para que se estabeleçam (2007, p. 07; grifo nosso).

A *liquidez* dos tempos vividos estaria, então, diretamente relacionada com a percepção de aceleração do cotidiano mencionada ainda na Introdução do presente artigo.

A metáfora da *âncora* procura, no contexto da *modernidade líquida*, indicar a necessidade de *fixar* referências, a partir das quais um fenômeno comunicacional em investigação seria analisado. Mais especificamente, a metáfora tenta indicar a necessidade de *fixação* em um momento definido no tempo para que seja possível, com certa perspectiva historiográfica, “*representar uma diferença*” (CERTEAU, 2017, p. 88; itálico no original). Daí a opção por associar ao termo *âncora* o complemento *temporal*. O uso de *lançamento* procura indicar que a *âncora temporal* pode *alcançar/chegar* a momentos distintos em relação ao passado. A definição do quão distante no tempo a *âncora lançada* vai *chegar* na procura por referências dependeria de decisões do pesquisador; tais decisões seriam associadas, por exemplo, ao tempo ou recursos disponíveis para a pesquisa. Neste sentido, poderia haver outros lançamentos de uma *âncora* em relação ao mesmo fenômeno comunicacional (*alcançando* momentos distintos do passado, quando o pesquisador dispusesse de tempo ou recurso adicional): analogamente ao caso das âncoras que

fixam as embarcações em vários lugares ao longo dos anos, a *âncora temporal* sugerida também teria possibilidades de *deslocamento* (no caso da metáfora sugerida neste artigo, o *deslocamento* se daria no tempo). Seria como se a própria *duração* a se considerar para obtenção de referências potenciais para os fenômenos comunicacionais fosse constituída *na duração*.

Para esclarecer a afirmação, é possível recorrer novamente ao exemplo apresentado na seção anterior, que abordou a experiência de múltiplas telas, e no qual foram indicadas seis – de (a) a (f) – alternativas de referências anteriores potenciais para aquele fenômeno.⁵ Ora, segundo a perspectiva da *âncora temporal*, em uma investigação, o pesquisador poderia realizar um *lançamento alcançando no tempo* (em relação ao passado) as referências (a) e (b); em outra, poderia ampliar a perspectiva historiográfica, com outro *lançamento alcançando* (c), e assim sucessivamente.

Vale aqui ainda um comentário complementar final (para minimizar o risco de que o leitor infira a existência de uma incoerência conceitual na argumentação apresentada): ocorre que pode parecer estranho que seja sugerido o emprego de uma abordagem historiográfica em um contexto associado como sendo do fim da história. De fato, o que os autores deste artigo procuram destacar aqui é que, independentemente de o pesquisador concordar com as perspectivas de Fukuyama (1992) ou de Anderson (1992), a percepção de aceleração do cotidiano e a mudança no entendimento do tempo têm associadas a si o risco de os pesquisadores centrarem suas investigações durante o projeto de pesquisa que conduzem em relação aos fenômenos comunicacionais *per se*, eventualmente sem uma complexificação maior associada a uma contextualização para os fenômenos.⁶ O que se procurou argumentar aqui é que, ao considerar a

⁵ Foram apontadas como alternativas (destacando que seria possível identificar outras): (a) a interação com conteúdos dos programas através de cartas por iniciativa da audiência (entre as décadas de 1950 e 1970), (b) o uso do controle remoto (1980) e o efeito *zapping* constituindo mosaico entre canais, (c) a interação com conteúdos dos programas através de cartas por solicitação da emissora (1980), (d) a interação da audiência utilizando um telefone fixo (1990), (e) a interação utilizando a Internet (2000), (f) a promessa (não cumprida) de interatividade diretamente via TV digital no Brasil (entre as décadas de 2000 e 2010).

⁶ Para ilustrar como eventualmente mesmo pesquisadores consagrados e experientes podem eventualmente centrar suas análises no *tempo presente* (e a criticidade da ausência de contextualização), pode ser mencionado o caso de referência que Henry Jenkins faz à TV digital interativa estadunidense na década de 1990. Na obra *Cultura da Convergência*, Jenkins afirma que “(e)xperimentos iniciais com televisão interativa, em meados da década de 1990, foram descartados basicamente como fracassos (...) (, pois q)uase ninguém queria parar de ver televisão para comprar a roupa que um dos amigos de *Friends* (...) usava” (JENKINS, 2008, p. 93). Uma rápida contextualização histórica esclarece que, em meados da década de 1990, inclusive as compras por meio da Internet ainda eram limitadas. Considerando o termo proposto por Elias, eventualmente não teria ainda ocorrido o “processo de aprendizagem” (1998, p. 33) cultural para a realização daquele tipo de compra. Em uma busca por referências anteriores, eventualmente as compras por catálogo (ou vendas porta a porta, como aquelas realizadas pelas representantes da *Avon*) podem ser relevantes inclusive para analisar as operações de *e-commerce* pela Rede – e essas próprias ações como referência para a compra diretamente através da televisão (ou *t-commerce*).

perspectiva de presentismo sem observar o paradoxo mencionado, há risco de análises meramente descritivas ou anacrônicas. Para minimizar tal risco, o lançamento de uma *âncora temporal* até um *momento no tempo* (ou até uma *duração* em relação ao passado) quando seja possível fixar a investigação em um *local* que faça sentido para a materialidade comunicacional analisada (considerando as restrições da pesquisa) parece uma alternativa a se considerar – inclusive em função das “formas culturais” mencionadas na seção anterior: de fato as “formas culturais” possibilitam compreender o *compartilhamento de experiências* que constituiria a própria definição de Comunicação.⁷ Em outros termos: as “formas culturais” conteriam, em sua própria definição, a partir da noção de cultura, *traços* das referências anteriores dos fenômenos comunicacionais para contribuir com a análise. Para ilustrar a afirmação, é possível recorrer à análise de Raymond Williams na qual o pesquisador galês apresenta uma análise da “forma cultural” que intitula como “Notícias” (2005, p. 40-45) em perspectiva historiográfica. Mais especificamente, a relevância em considerar o desenvolvimento do jornal anteriormente ao noticiário em *broadcasting*, e a relevância das Guerras Mundiais no contexto geral. De fato, em *Television: Technology and cultural form*, Williams não apenas analisa a televisão propriamente dita, mas procura – em “formas culturais” anteriores – as referências potenciais para a tecnologia em investigação naquela obra.

Considerações finais

A natureza transiente de nós próprios, nossas tecnologias e mesmo de nossas ideias de comunidade e sociedade podem ser uma característica de nosso tempo (...) (. Assim,) uma perspectiva integrada relacionando meios e sociedade ajuda-nos a pensar os meios como uma parte do tecido completo da rotina e prática da vida diária (DEUZE, 2012, p. 48-49).

Indubitavelmente constitui um desafio significativo analisar práticas e processos de comunicação em tempos acelerados – especialmente quando tecnologias são atualizadas constantemente, e os usos dessas tecnologias também contribuem com a atualização dos significados culturais quase que em base diária.

⁷ “Comunicação é o processo de tornar experiências únicas em compartilhadas. (...) Uma vez que nosso modo de ver as coisas é, literalmente, nosso modo de viver, o processo de comunicação é, de fato, o processo da comunidade: a partilha de significados, além atividades e propósitos comuns; (também) a oferta, recepção e comparação de novos significados, levando às tensões e realizações de crescimento e mudança” (WILLIAMS, 2001, p. 55).

No presente artigo procurou-se argumentar que, enquanto Braudel argumentou em meados da década de 1960 que “a *longa duração* nos parece (...) a linha mais útil para uma observação e uma reflexão comum às ciências sociais” (BRAUDEL, 1965, p. 291), ao nos aproximarmos do final da segunda década dos anos 2000, a identificação do que constituiria uma *longa duração* para investigações na área da Comunicação caracteriza uma dificuldade significativa. Adicionalmente, aquela definição parece chave para que sejam minimizados os riscos de que, em vez de análises e reflexões que desenvolvam e complexifiquem as redefinições em práticas e processos de comunicação que tornam *experiências únicas em compartilhadas*, as investigações acabem por se limitar a descrições dos fenômenos analisados.

Em função do caráter cultural (inclusive da própria noção do tempo), a noção de “formas culturais” parece constituir uma alternativa interessante para investigar as origens históricas dos fenômenos comunicacionais analisados nas pesquisas da Área. Especialmente porque parece possível fazer uso de *retornos ao passado* que podem ser *expansíveis* em pesquisas futuras: o próprio aspecto do *inacabamento* cultural deve habilitar a procura por “formas culturais” sempre mais ancestrais, à medida que avançam as pesquisas (ou que são superadas restrições do projeto de pesquisa, como tempo e recursos para a investigação). No mínimo, a abordagem sugere pensar as materialidades comunicacionais para além de um *aqui-agora*, em uma potencial definição de *duração* que pode ser tão longa quanto cada projeto de pesquisa permita (mas, culturalmente, sempre passível de ser ampliada). Para tanto, a metáfora da *âncora temporal* parece constituir uma alternativa interessante: de acordo com a metáfora apresentada, a própria *duração* a empregar nas pesquisas da Comunicação poderia ser definida *na duração*.

Carlos Eduardo Marquioni

*Docente no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens da UTP
Doutor em Comunicação e Linguagens – UTP/PR
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6201-6070>
E-mail: cemarquioni@uol.com.br*

Geraldo Magela Pieroni

*Docente no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens da UTP
Doutor em História pela Université de Paris IV – Paris-Sorbonne
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1896-8373>
E-mail: geraldopieroni@yahoo.com*

Recebido em: 5 de julho de 2019.

Aprovado em: 25 de julho de 2019.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.
- ANDERSON, Perry. **O fim da história:** de Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- BARBOSA, Marialva. Tempo, tempo histórico e tempo mediático: interrelações. In: MUSSE, Christina Ferraz; VARGAS, Herom; NICOLAU, Marcos (orgs). **Comunicação, mídias e temporalidades**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 20-21.
- BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **Isto não é um diário**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BRAUDEL, Fernand. A longa duração. **Revista de História**, São Paulo, v.XXX, n.62, p. 261-294, abr./jun. 1965.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989):** a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Editora da Unesp, (1990) 2010.
- _____. **Uma história social do conhecimento vol. II:** da Enciclopédia à Wikipédia. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, (1975) 2017.
- COLOMBO, Fausto. **Arquivos imperfeitos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1986.
- COSTA, Luis Artur; FONSECA, Tânia Mara Galli. Do contemporâneo: o tempo na história do presente. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 59, n. 2, Rio de Janeiro dez. 2007.
- DEUZE, Mark. **Media Life**. Cambridge: Polity Press, 2012.
- ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- JAMESON, Fredric. O pós-modernismo e a sociedade de consumo. In: KAPLAN, E. Ann (org.). **O mal-estar no pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. p. 25-44.
- JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.
- HARTOG, F. **Regime de historicidade:** presentismo e experiência do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**: A moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, (1987) 2009.

MARQUIONI, Carlos Eduardo. **Programas Jornalísticos na TV Aberta Brasileira**: entre atualizações da experiência televisual e a manutenção de antigos contratos de leitura. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

_____. Sobre preparação cultural, atenção e distração nos modos de assistir TV: uma análise do caso da experiência de múltiplas telas. **Conexão: Comunicação e Cultura**. UCS, Caxias do Sul. v. 17, n. 33, p. 39-59, jan./jun. 2018.

SIBILIA, Paula. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

WELLS, H. G.. A máquina do tempo. Rio de Janeiro: Suma Editorial, (1895) 2018.

WILLIAMS, Raymond. **Drama from Ibsen to Brecht**. London: Chatto & Windus, (1952, 1968) 1971.

_____. Culture is ordinary (1958). In: GABLE, Robin (ed.). **Resources of Hope**: Culture, Democracy, Socialism. p.3-18. London: Verso, 1989.

_____. **The long revolution**. Peterborough: Broadview Press Ltd., (1961) 2001.

_____. **Television**: Technology and Cultural Form. Padstow: Routledge Classics, (1974) 2005.

Resumo

A percepção de aceleração do cotidiano, e a correlata mudança no entendimento do tempo constituem fatos da contemporaneidade. Defendendo a aplicação de abordagem historiográfica nas pesquisas em Comunicação, e considerando que a noção teórica de “longa duração” (Fernand Braudel) é impactada em tempos acelerados, o artigo aponta a necessidade de procurar por referências anteriores potenciais para os fenômenos comunicacionais investigados. Para articular tal procura, é apresentada a metáfora *da âncora temporal*, em abordagem que parece ser particularmente relevante no contexto da *“media life”* (Mark Deuze). As “formas culturais” (Raymond Williams) são sugeridas como alternativa na definição do que constituiria uma *duração apropriada* a considerar nas pesquisas conduzidas.

Palavras-chave: Longa duração. Escola dos Annales. Aceleração do cotidiano. Formas culturais. Comunicação.

Abstract

The perception of acceleration of everyday life, as well as the related time's understanding change are facts of contemporaneity. This paper points out the need to look for potential previous references for the investigated phenomena on communicational researches, defending the application of a historiographical approach in the Communication' researches due to the premise that the theoretical notion of “long duration” (Fernand Braudel) is impacted in accelerated times. To articulate such a demand, it is presented the metaphor of the *temporal anchor* that seems to be particularly relevant approach in the *“media life”* (Mark Deuze) context. The “cultural forms” (Raymond Williams) are suggested as an alternative to define what would constitute an appropriate duration to be considered in the researches.

Keywords: Long duration. Annales school. Acceleration of everyday life. Cultural forms. Communication

Resumen

La percepción de la aceleración de la vida cotidiana, así como el cambio de comprensión del tiempo relacionado son hechos de contemporaneidad. Este artículo señala la necesidad de buscar referencias previas potenciales para los fenómenos investigados en investigaciones comunicacionales, defendiendo la aplicación de un enfoque historiográfico en la Comunicación, en especial porque a la premisa de que la noción teórica de “larga duración” (Fernand Braudel) es impactada en tiempos acelerados. Para articular tal demanda, se presenta la metáfora del ancla temporal que parece ser un enfoque particularmente relevante en el contexto de la “media life” (Mark Deuze). Las “formas culturales” (Raymond Williams) se sugieren como una alternativa para definir lo que constituiría una duración apropiada para ser considerada.

Palabras clave: Larga duración. Escuela de los Annales. Aceleración de la vida cotidiana. Formas culturales. Comunicación.